

GEISLER, Norman L.; NIX, William E. **Introdução bíblica: como a Bíblia chegou até nós.** 3 ed. Vida, 2000. 253p. Resumido por JLHack em janeiro de 2001. [Livro técnico apresentando as questões de inspiração, canonicidade e transmissão da Palavra. Um tanto árido. Apresenta pequenas falhas de tradução e editoração].

Inspiração

1. Caráter: composta por 2 partes, com 66 livros, a Bíblia apresenta a pessoa de Jesus. São inspirados, ou seja, seus manuscritos originais foram dados por revelação divina, por meio de profetas, detendo autoridade absoluta para a vida cristã.

2. Natureza: há 3 teorias: ortodoxa (a Bíblia é Palavra de Deus, seja por ditado verbal ou conceitos inspirados), modernista (a Bíblia **contém** a Palavra de Deus) e neo-ortodoxa (a Bíblia **torna** a Palavra de Deus no encontro pessoal entre Deus e o homem). A inspiração bíblica é verbal (cada palavra, independente do gênero literário), plena (em todas as partes, AT e NT) e atribui autoridade aos escritos (concedida por Deus, garantido a inerrância do texto).

3. AT: reivindica ser inspirado e redigido por profetas. Os escritos dos profetas verdadeiros foram acumulados para formar a coleção de 39 livros atuais. O NT reconhece sua inspiração e cita a maioria de seus livros como Palavra de Deus.

4. NT: também reivindica ser inspirado, em igualdade com o AT. Jesus prometeu aos discípulos que seriam guiados pelo Espírito. A igreja primitiva logo formou uma coleção de livros reconhecidos como inspirados.

5. Evidências: interna (autoridade própria da Bíblia; testemunho do Espírito; capacidade transformadora de vidas; unidade do conteúdo) e externa (sua historicidade; o testemunho de Jesus; profecias cumpridas; influência universal; sua indestrutibilidade; a integridade de seus autores humanos).

Canonização

6. Características: é o processo de aceitação dos livros bíblicos. No sentido ativo, a Bíblia é o cânon (padrão, regra) pelo qual tudo deve ser julgado; no sentido passivo, é o julgamento de um escrito ser ou não inspirado. Canonicidade não é determinada pela idade, língua, conformidade com a Torá ou valor religioso do livro, mas sim, pela inspiração divina. Critérios para descobrir a canonicidade: autoridade divina; autoria profética; confiabilidade; natureza transformadora e aceitação pelo povo de Deus.

7. Cânon do AT: O processo de canonização envolve 3 passos: a inspiração divina, seu reconhecimento por parte do povo de Deus e a preservação dos escritos pelo povo. O cânon do AT se completou em torno de 400 a.C., formado por duas seções principais: a lei e os profetas. Não há apoio para a teoria de que a subdivisão dos escritos estaria aguardando canonização posterior.

8. Extensão do AT: dos 22 livros hebraicos, alguns foram questionados posteriormente. Surgem então 4 tipos de escritos: os aceitos por todos (homologoumena, todos exceto Ct, Ec, Et, Ez e Pv), os rejeitados por todos (pseudepígrafos, cerca de 20), os questionados por alguns (antilegomena, os 5 anteriores), os aceitos por alguns (15 apócrifos). Estes tiveram bastante circulação entre os cristãos primitivos, por influência da LXX, e entre alguns pais da igreja (principalmente Agostinho). Entretanto, não são canônicos.

9. Cânon do NT: os escritos foram colecionados e divulgados já nos tempos apostólicos, mas as decisões sobre livros duvidosos só terminaram nos concílios do século IV, estimulados pela conjuntura eclesiástica, teológica e política da época.

10. Extensão do NT: homologoumena (todos menos Hb, Tg, 2Pe, 2e3Jo, Jd, Ap), pseudepígrafos (mais de 280), antilegomena (os questionados), apócrifos (inúmeros).

Transmissão

11. Línguas e materiais: a língua escrita oferece precisão, permanência, objetividade e disseminação. As línguas bíblicas são o aramaico, hebraico e grego. Os materiais usados foram tabuinhas de barro, pedras, papiro, peles (velino, pergaminho e couro) e metal. Os manuscritos do AT vêm de dois períodos: o talmúdico (300 a.C.–500 d.C.) e o massorético (500–1000 d.C.), ambos com regras rígidas no processo de cópia dos escritos. Os do NT vêm de 4 períodos: séc. I a III (poucos papilos), séc IV e V (em velino e pergaminho), séc VI a IX (qualidade inferior) e séc X em diante (minúsculos).

12. Principais manuscritos: há poucos do AT, sendo o texto oficial hoje o massorético. Este vem do séc X, de uma tradição de transmissão muito confiável, como o atestam os rolos do Mar Morto. Os manuscritos gregos do NT se dividem em papilos (26 dos séc II e III, sendo mais importantes P⁵², os Chester Beatty e os Bodmer), unciais (297 dos séc IV e V, mais importantes: Χ [Sinaítico], B [Vaticano], A, C, D, W) e minúsculos (4643 dos séc IX a XV, mais importantes: família 1 e 13).

13. Outros testemunhos: dos minúsculos, cerca de 2000 são lecionários usados pela igreja; além destes o texto do NT é confirmado por diversos papilos não-bíblicos, óstracos e inscrições, citações dos pais da igreja, alusões e citações nos apócrifos.

14. Crítica textual: há dois tipos de crítica: alta (histórica) e baixa (textual). A alta é fruto dos estudos racionalistas do séc XIX e nega a autoria proposta pelos livros bíblicos. A baixa crítica julga a confiabilidade textual, dividindo-se sua história em 4 períodos: reduplicação (até 325), padronização do texto (até 1500), cristalização (até 1648), crítica e revisão (até hoje). Este último se subdivide em reunião e classificação de textos (até 1831), progresso (até 1881) e purificação (até hoje). Em 1881, Westcott e Hort apresentaram seu Texto Crítico, opondo-se ao Texto Recebido usado até então.

15. Recuperação do texto: o AT chegou até nós em cópias boas e com raras variações, mas os muitos manuscritos do NT apresentam muitas variantes (embora poucas sejam significativas, gerando uma pureza de texto superior a 99%). A reconstrução do texto original é feita considerando as evidências externas (cronológica, geográfica e genealógica) e internas (transcricional e intrínseca).

Traduções

16. Aramaicas e siríacas: relevantes: Pentateuco samaritano, targuns aramaicos (paráfrases), Talmude (Midrash [comentário dos livros] e Gemara [comentário da lei oral]), Peshita.

17. Gregas: Septuaginta (LXX), com traduções coptas, etíopes, gótica e armênia.

18. Latinas: Antiga latina e Vulgata (405).

19/20. Inglesas: Wycliffe (1388, 1^a tradução completa do latim), Tyndale (1536, 1^a tradução dos originais), de Genebra (1560), Rheims-Douai (1582, católica), KJV (1611) e outras.

21. Portuguesas: Almeida (1691, completada e impressa em 1753), Figueiredo (1790, católica, da Vulgata) e Matos Soares (1930, católica), BLH (88) e NVI (93).